

INDÍCIOS, SINAIS E MORADAS DOS ITALIANOS “ESTANTES” EM LISBOA (SÉC. XVI)

NUNZIATELLA ALESSANDRINI*
Centro de História de Além Mar (CHAM-FCSH-UNL/UAÇ)

PEDRO FLOR
Universidade Aberta / Instituto de História da Arte (FCSH-UNL)

Introdução

O objectivo destas páginas é o de identificar visualmente os “bairros” da cidade mais frequentados pelos italianos em Lisboa no século XVI, tomando por base a iconografia olisiponense. A escolha do sítio para onde fixar a sua residência tinha, como veremos, uma importância notável no sentido em que havia lugares privilegiados quer do ponto de vista do prestígio social quer do ponto de vista da influência comercial.

O estudo da iconografia da cidade de Lisboa, anterior ao terramoto de 1755, tem constituído preocupação assídua no nosso meio. Tal vertente, que se insere no campo mais vasto dos estudos olisiponenses, traduz-se quer na publicação de trabalhos científicos, quer no desenvolvimento de projectos de investigação de largo espectro.¹ Tomando como exemplo o projecto liderado por Gustavo de Matos Sequeira (com a participação de Ticiano Violante) em 1955-59, com a criação da maquete de Lisboa anterior ao terramoto, os mais recentes projectos têm ambicionado a reconstituição arquitectónica e urbanística da cidade, com resultados assinaláveis que nos permitem já perceber genericamente o espaço lisboeta nas vésperas desse dia 1º de Novembro.

Além de outros exemplos que se podem aduzir, salientem-se no entanto os trabalhos de co-autoria de Helena Murteira, Alexandra Gago da Câmara e Paulo Rodrigues do Centro de História da Arte e da Investigação Artística da Universidade de Évora que, a partir da reconstituição da Ópera do Tejo, desenvolveram uma pesquisa mais vasta em torno do complexo áulico da Ribeira, utilizando a tecnologia virtual "Second Life".² Registe-se também o esforço dispendido pela equipa de vários investigadores do Museu da Cidade, liderada por Ana Cristina Leite, que entre 2005 e 2010

* Bolseira de Pós-Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia/Ministério da Educação e Ciência.

¹ Os estudos de Lisboa têm merecido a atenção dos investigadores nos últimos anos, mercê do trabalho académico praticado nas instituições universitárias e centros de investigação, sem esquecer a acção fulcral levada a cabo pelos vários sectores relacionados com a Olisipografia na Câmara Municipal de Lisboa de que destacamos, entre outros, o Gabinete de Estudos Olisiponenses, o Arquivo Municipal de Lisboa, o Museu da Cidade e o Plano de Investigação e Salvaguarda do Azulejo de Lisboa (PISAL). Uma chamada de atenção para o forte dinamismo que o Grupo "Amigos de Lisboa" (por vezes em parceria com a Fundação das Casas de Fronteira e Alorna) imprime às actividades que promovem.

² <http://lisbon-pre-1755-earthquake.org/>

dedicaram-se à recriação 3d, quer dos edifícios emblemáticos de Lisboa, quer de alguns eixos viários como o da Rua Nova dos Mercadores.³ Ainda relacionado com esta baliza cronológica, encontramos o "Projecto Itinerários Culturais – Site da Associação de Turismo de Lisboa", dirigido por Ricardo Lucas Branco e Cátia Teles e Marques, onde se privilegia a reconstituição virtual do património edificado (interior e exterior), a partir de estudos de caso muito concretos.⁴

A partir de 2010, o financiamento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia de um projecto de investigação em torno da iconografia da cidade de Lisboa anterior ao Terramoto, tomando como ponto de partida o "Grande panorama de Lisboa" em azulejo, de c. 1699-1700, do Museu Nacional do Azulejo, insere-se nesta vertente de estudo da cidade, com a constituição em 2013 de um website. Nele se poderá navegar no painel e aceder a informação histórico-artística relevante sobre cada um dos edifícios representados. Este projecto sob nossa coordenação está sediado no Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e resulta de uma parceria entre várias instituições científicas e museológicas.

O mais recente dvd interactivo, criado por uma equipa do Arquivo Municipal de Lisboa (integrada no Departamento de Património Cultural da Câmara), intitulado "Lisboa setecentista: a ordem nascida do caos", inscreve-se nesta dinâmica de virtualização da realidade, em torno da *Relação das propriedades de Casas que nesta cidade de Lisboa se tem edificado e reedificado desde o ano de 1755 até o presente de 1776*.⁵

Fora do âmbito cronológico do pré-terramoto, situa-se o projecto de reconstituição virtual coordenado por Laura Fernandez-Gonzalez da Universidade de Edimburgo, no âmbito do estudo da arte efémera no tempo do Renascimento, onde se recria a entrada triunfal de Filipe II de Espanha em 1581 e o caminho percorrido até à Sé de Lisboa.⁶

A reconstituição mais ou menos exacta que se tem verificado em todos estes consórcios centra-se, no essencial, na recriação da volumetria dos edifícios, na definição da rede viária e no correcto posicionamento do património edificado, a partir da recolha intensiva de fontes primárias. A documentação prospectada em arquivo, as informações referenciadas na crónica e na literatura, bem como as plantas, desenhos e alçados, sem esquecer as evidências arqueológicas achadas por ocasião de escavações propositadamente (ou não) realizadas concorrem também para um maior entendimento da paisagem arquitectónica e urbanística de Lisboa, anterior a 1755.

³ <http://www.museudacidade.pt/Lisboa/3D-lisboa1755/Paginas/default.aspx>

⁴ <http://www.visitlisboa.com/travelplanner/default.asp?lng=pt>

⁵ Edição em dvd da responsabilidade do Arquivo Municipal de Lisboa / Câmara Municipal de Lisboa. Agradecemos à Dr^a Inês Morais Viegas a cedência de um exemplar deste dvd para o estudo da presente problemática.

⁶ http://www.recreatingearlymodernfestivals.com/exhibition_laura.htm

Para um maior entendimento dessa vivência quotidiana e cultural da cidade, muito têm contribuído os trabalhos de investigação desenvolvidos no âmbito dos estudos dos registos paroquiais, róis de confessados ou ainda das escrituras notariais.⁷ Estas pesquisas descrevem naturalmente as ligações socio-económicas estabelecidas entre as mais variadas camadas da população, permitindo-nos uma melhor caracterização demográfica, sociológica e até cultural dos agentes principais de uma Lisboa profundamente alterada a partir da segunda metade do século XVIII.

A cidade de Lisboa sofreu modificações ao longo dos séculos e uma parte substancial da historiografia apresenta as alterações que foram determinantes na passagem da Idade Média à Moderna. É verdade que já o rei D. Dinis tinha manifestado um certo interesse em dinamizar a área ocidental da cidade, como aponta a doação de terrenos e casas nesta área chamada “Pedreira” que ia do Carmo até a Misericórdia, ao Almirante genovês Manuel Pessanha⁸. A expansão para o ocidente ficava, porém, limitada a esta área e a cidade “quase se limitava à aglomeração de habitações encerrada na linha de muralhas que o rei D. Fernando fez construir no ano de 1373”,⁹ tendo começado, no entanto, a sua aproximação ao rio após a construção da Rua Nova e da muralha da Ribeira pelo rei D. Dinis.

No reinado de D. Manuel (1495-1521) a fisionomia de Lisboa assumiu a conformação típica da cidade ribeirinha e a construção do Mosteiro dos Jerónimos e da Torre de Belém assinalam “uma expansão da cidade nitidamente pensada no sentido ocidental, o do mar”,¹⁰ sendo o rio o eixo que ligava a parte oriental com a ocidental.

⁷ Os mais recentes trabalhos académicos sobre arte barroca lisboeta da autoria de Sílvia FERREIRA, *A Talha Barroca de Lisboa (1670-1720)*, 3 vols, Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2009 e de Maria João Pereira COUTINHO, *A Produção Portuguesa de Obras de Embutidos de Pedraria Polícroma (1670-1720)*, 3 vols., Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2010, são excelentes exemplos de tal trabalho arquivístico (paroquial e notarial) que urgia desenvolver no campo da história da arte entre os reinados de D. Pedro II e D. João V. No campo do estudo de róis de confessados, ver os mais recentes contributos de Delminda RIJO, *A representação da freguesia de Santa Justa (Lisboa) nos Róis de Confessados (1693-1702)*, Dissertação de Mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2011; Maria João Pereira COUTINHO, Sílvia FERREIRA, Susana Varela FLOR, Vitor SERRÃO, "Contributos para o conhecimento dos pintores de Lisboa na época barroca (1664 - 1720)", in *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, n.º 96 - 1.º tomo, 2011.

⁸ Sobre a Lisboa de Manuel Pessanha veja-se o texto de Giulia ROSSI VAIRO neste volume; sobre a Lisboa medieval, entre outros, Carlos Guardado da SILVA, *Lisboa medieval – A organização e a estruturação do espaço urbano*, Lisboa, Edições Colibri, 2008.

⁹ Augusto Vieira da SILVA, *Dispersos*, Lisboa, 1985, 2ª ed., vol.2, p. 153

¹⁰ Renata de ARAÚJO, *Lisboa a cidade e o espetáculo na época dos Descobrimentos*, Lisboa, Livros Horizontes, p. 23. Mais especificamente sobre a Lisboa de D. Manuel veja-se Hélder CARITA, *Lisboa Manuelina e a formação de modelos urbanísticos da época moderna (1495-1521)*, Lisboa, Livros Horizonte, 1999.

O rio, de facto, se tinha tornado no pólo atractivo da cidade, era à volta dele que a vida se manifestava nas suas peculiaridades: a chegada de navios com quantidades avultadas de mercadorias, a presença de mercadores vindos das diversas partes da Europa e do mundo e a importância dos negócios que tinham lugar no porto de Lisboa exaltavam a capital portuguesa tornando-a numa das principais cidades europeias.

Neste percurso de transformações de Lisboa, e no emaranhado de ruas, becos e vielas estreitas que caracterizam a malha urbana da época medieval e moderna, pretendemos identificar as instalações dos mercadores italianos acompanhando os seus movimentos com os da cidade.

Para além da documentação inédita levantada no Arquivo Municipal de Lisboa e na Torre do Tombo, foram de extrema utilidade quer a leitura das descrições redigidas por portugueses e estrangeiros, nomeadamente italianos, quer a consulta de mapas da cidade da altura. Esta documentação possibilitou a recolha de detalhes importantes para recompor uma cidade que, com um esforço de imaginação, podemos voltar a visitar.¹¹

Apesar de a abertura do caminho marítimo para a Índia ter sido uma grande atracção para a vinda de mercadores italianos para Lisboa, viviam, todavia, na capital portuguesa, já desde meados do século XV, famílias de renome oriundas de diferentes regiões da Península Italiana. As grandes casas comerciais florentinas, a dos de⁷ Bardi, em Lisboa desde o século XIV, a de Bartolomeo Marchionni¹² e Girolamo Sernigi¹³, a do cremonês Giovanni Francesco Affaitati¹⁴ já eram apreciadas e famosas aquando da viagem de Vasco da Gama e entraram com força no novo comércio participando quer com capitais quer com recursos humanos. Mais, havia conhecidas famílias de genoveses, Salvago, Calvo,

¹¹ Cristóvão Rodrigues de Oliveira, Damião de Góis, Giovanni Battista Confalonieri, Filippo Sassetti, entre outros, são testemunhos preciosos para conhecer a Lisboa do século XVI. Para as plantas da cidade no tempo medieval, os contributos iconográficos trazidos por A.H. Oliveira MARQUES, *Atlas das Cidades Medievais Portuguesas*, Lisboa, INIC, 1990 e Carlos Guardado SILVA, *Lisboa medieval...*, cit., sem esquecer o trabalho notável de reconstituição de partes consideráveis da cidade por Vieira da Silva na sua vasta obra de olisipografia.

¹² Sobre Bartolomeo Marchionni: Virginia RAU, “Notes sur la traite portugaise à la fin du XV siècle et le Florentin Bartolomeo di Domenico Marchionni”, in *Miscellanea offerts à Charles Verlinden à l’occasion de ses trente ans de professorat*, Ghent, s.n., 1975, vol. I, e o texto de Francesco GUIDI BRUSCOLI neste volume.

¹³ Carmen M. RADULET, “Girolamo Sernigi e a importância económica do Oriente”, sep. *Revista da Universidade de Coimbra*, 1985, pp. 67-77. Devemos também evidenciar a importância da publicação de cartas de Girolamo Sernigi e Guido di Tommaso Detti por parte da autora no volume *Vasco da Gama. La prima circumnavigazione dell’Africa (1497-1499)*, Reggio Emilia, Diabasis, 1994, pp. 169-198. Tradução portuguesa, Carmen M. RADULET e Luís Filipe F.R. THOMAZ, “Fontes italianas para a História dos Portugueses no Índico 1497-1513. Códice Riccardiano 1910 de Florença”, *Mare Liberum*, n. 18-19, pp. 247-340

¹⁴ Sobre a família Affaitati nos séculos XVI e XVII está a ser desenvolvida uma pesquisa de pós-doutoramento subsidiada pela FCT por parte de N. ALESSANDRINI, *Elites mercantis e nobreza em Portugal: o caso da família italiana dos Affaitati (sécs. XVI-XVII)*

Lomellini,¹⁵ que mantinham consideráveis negócios com os seus familiares estabelecidos em Espanha.

Em Lisboa, na segunda metade do século XV, a muralha fernandina era o limite ocidental da cidade e a parte oriental da cidade era a mais povoada, nomeadamente as freguesias da Sé, da Madalena e de São Julião. A importância desta zona era também evidenciada pelo facto de ser circuito das procissões e dos cortejos cujo percurso contemplava a zona incluída entre o Castelo e o Carmo, passando pela Sé, Madalena, Rossio, Rua Nova del-Rei que ligava o Rossio à Ribeira. Com a passagem para o século XVI, a artéria principal fixou-se na Rua Nova dos Mercadores e no seu prolongamento para ocidente, mantendo, no entanto, a parte oriental um papel de relevo.

Em alguns casos a documentação consultada patenteia descrições bastante detalhadas da estrutura das casas em que os italianos viviam, oferecendo-nos uma visualização fotográfica quer das ruas quer das construções.

Valerá a pena recordar que Portugal, em particular Lisboa, abriu os seus portos à navegação transalpina desde cedo, vendo aqui uma oportunidade abastecer o mercado interno e de ampliar receitas, através dos rendimentos dos direitos alfandegários. Com efeito, o estabelecimento de casas comerciais como lugar preferencial para a constituição de sedes das várias actividades características do sector é constante ao longo da Idade Média, em especial a partir do século XIV, e acentuam-se com o surto dos Descobrimentos.¹⁶ Além da cooperação militar recíproca, acresce ainda que os italianos intermediavam reiteradamente os negócios desenvolvidos com a Inglaterra e a Flandres).¹⁷ A afluência de mercadores e sua fixação, em troca de vantagens e privilégios individuais ou colectivos concedidos pela Coroa, são igualmente testemunhos da presença assídua de florentinos, genoveses ou venezianos na cidade de Lisboa, onde podiam encontrar couro, sebo, sal, boa sardinha entre outros géneros.¹⁸

No século XV, a empresa das Descobertas contemplava amiúde a participação nas navegações henriquinas quer no apoio à exploração marítima e expedições terrestres, quer nas actividades comerciais nos arquipélagos atlânticos ou até nas mais longínquas paragens africanas recentemente achadas. O interesse despertado pelo fluxo económico-financeiro gerado pela Rota do Cabo viria a intensificar-se durante o século XVI, traduzindo-se no financiamento por parte dos mercadores-

¹⁵ Virgínia RAU, “Uma família de mercadores italianos em Portugal no século XV: os Lomellini”, in *Revista da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa*, 1956, n.1, pp. 56-69.

¹⁶ A. H. Oliveira MARQUES, “A Expansão no Atlântico”, *Nova História da Expansão Portuguesa*, Joel SERRÃO (dir.), vol. II, Lisboa, Ed. Estampa, 1998, pp. 80-81.

¹⁷ Carmen M. RADULET, “Um retrato italiano do reino de Portugal no séc. XVI”, in *Mare Liberum*, vol. 14, Lisboa, CNCDP, 1997, pp. 99-114.

¹⁸ IDEM, “Cartas de Lisboa no Arquivo Datini de Prato”, in *Estudos de História. Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico*, Lisboa, Ed. Verbo, 1968, pp. 59-74.

banqueiros de várias acções marítimas empreendidas no Atlântico e no Oriente.¹⁹

Se é certo que no complexo xadrez de interesses políticos europeus a Coroa portuguesa parece não ter privilegiado as alianças matrimoniais com os estados italianos durante os séculos XIV/XVI, exceptuando o enlace entre D. Beatriz, filha de D. Manuel I, com Carlos III, duque de Sabóia em 1521, os contactos entre Portugal e a Península Itálica foram abundantes e plurissignificativos.²⁰ Com efeito, a reciprocidade de contactos comerciais e diplomáticos com os principais ducados, principados e repúblicas italianas deve ser assinalada. Os avultados depósitos no Monte em Florença ou as constantes operações financeiras junto dos Marchioni e Sernigi documentam o prestígio e os interesses portugueses em território transalpino.²¹ Por seu turno, os contactos comerciais de exportação e importação estabelecidos com Veneza, que não mantinham presença estável e contínua no final da Idade Média em Lisboa, eram todavia frutíferos e fundamentavam o constante vaivém de embarcações entre as duas cidades.

Em concomitância, os laços profundos que se instituíram com a Santa Sé, principalmente através de embaixadas, favoreciam o bom entendimento entre Lisboa e Roma. Esta última acompanhava com interesse a evolução das Descobertas portuguesas, vindo a congratular-se, mais tarde, com as vitórias militares do Império.

Em paralelo a estes intercâmbios político-diplomáticos e sócio-económicos durante os séculos XV e XVI, depressa as influências culturais da Península Itálica se fizeram sentir no nosso território, mercê da expansão do Humanismo e da estética artística do Renascimento, não só através da formação intelectual de estudantes e bolseiros régios, mas também através da importação de livros, obras de pedraria ou delicadas peças de cerâmica. Os inventários, os recibos, as cartas de quitação ou os relatos cronísticos são conclusivos sobre esta matéria e as obras de arte remanescentes asseveram o desenvolvimento de um gosto pela cultura visual de matriz florentina que disputou até muito tarde entre nós a hegemonia com as correntes artísticas dominantes no Norte da Europa.

A encomenda artística a Itália (em particular Florença e Veneza), a oferta de peças de luxo por ocasiões diplomáticas ou a visita regular de artistas transalpinos a Lisboa, entre pintores, escultores e engenheiros (Mestre Jácome Siciliano, António Florentim, Andrea Sansovino, Benedetto da Ravenna, Tommaso da Fossa ou Filippo Terzi), no fim da

¹⁹ Virgínia RAU, “Os mercadores-banqueiros estrangeiros em Portugal no tempo de D. João III”, in *Estudos de História. Mercadores, Mercadorias, Pensamento Económico*, Lisboa, Ed. Verbo, 1968, pp. 67-82.

²⁰ Ana Isabel BUESCU, *D. João III*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2005, pp. 91-96.

²¹ Manuel Mendes ATANÁZIO, *A Arte em Florença no século XV e a Capela do Cardeal de Portugal*, Lisboa, INCM, 1983, pp. 27-42; Rafael MOREIRA, *A arquitectura do Renascimento no sul de Portugal : a encomenda régia entre o moderno e o romano*, vol. I, Lisboa, tese de doutoramento apresentada à FCSH/UNL, 1991, pp. 65-93.

Idade Média e o largo período do Renascimento constituem factos indesmentíveis do interesse crescente pela arte italiana.²² Bastará recordar que a nação italiana possuía já nos meados do século XVI número considerável de elementos, facto que a obrigou a erigir uma igreja paroquial ao Bairro Alto, desta feita dedicada a Nossa Senhora do Loreto, sob a égide do influente Luca Giraldi.²³

Os Italianos nas freguesias da Sé, Madalena, S. Julião, S. Nicolau

Tomando por base a leitura de fontes históricas e de bibliografia da especialidade, iremos apurar onde se verificava a presença dos italianos em Lisboa. O estudo da presença italiana na capital na época das expansões foi alvo do interesse de historiadores do calibre de V. Rau, C. Verlinden, Carmen M. Radulet, M. Spallanzani, apenas para citar alguns nomes ilustres, que acentuaram o papel de relevo que estes estrangeiros tiveram em Portugal. Nas últimas décadas, uma atenção sempre crescente para com a comunidade italiana em Portugal, tornou indiscutível a importância do cruzamento de pesquisas levadas a cabo por investigadores de história económica, de história social e de história da arte, no progresso do conhecimento das modalidades de actuação da colónia italiana em Lisboa, cuja tipologia de estabelecimento esteve estreitamente ligada, como veremos, com as sucessivas deslocações dos pontos nevrálgicos da cidade.

Como ficou dito, a presença italiana em Lisboa remonta ao início da monarquia portuguesa em 1147 mas, no que diz respeito ao interesse destas páginas, apenas recuaremos até meados do século XV quando, consequência da expansão atlântica, os italianos em Portugal constituíram uma importante colónia que, a partir de então, reforçou-se com a cumplicidade dos monarcas portugueses. De facto, a partir do último quartel do século XV, assiste-se a um fluxo contínuo de mercadores provenientes da península italiana, que, ao serem informados das maravilhas que chegavam da Índia, queriam participar, fosse qual fosse a maneira, neste grande comércio. No entanto, apesar da pujante intromissão genovesa no mercado português e atlântico, foram os capitais acumulados nas mãos de famílias florentinas e lombardas estabelecidas em Lisboa que tiveram um forte impacto na economia portuguesa da altura. Significativa era também a presença de capitais lombardos, de Cremona e de Milão,

²² Ver por exemplo Pedro DIAS, *A importação de esculturas de Itália nos séculos XV e XVI*, Coimbra, Ed. Minerva, 2ª ed., 1987, pp. 29-48. Sobre o escultor Fossa, ver Pedro FLOR, “Tommaso da Fossa: um escultor genovês em Lisboa em 1561”, in *Di buon affetto e commercio – Relações luso-italianas na Idade Moderna*, Nunziatella ALESSANDRINI, Mariagrazia RUSSO, Gaetano SABATINI e Antonella VIOLA (coord.), Lisboa, CHAM/UNL, 2012, pp. 143-150.

²³ Cf. por exemplo Charles VERLINDEN, “La colonie italienne de Lisbonne et le développement de l’économie métropolitaine et coloniale portugaise”, *Studi in onore di Armando Saporì*, Milão, Istituto Editoriale Cisalpino, 1925, pp. 617-628. Sobre a envolvente da igreja, ver Hélder CARITA, *Bairro Alto – tipologias e modos arquitectónicos*, Lisboa, CML, 2ª ed., 1994, pp. 15-30.

que, respectivamente, nas primeiras décadas do século XVI, aquando da intervenção maciça de florentinos, e nas décadas sucessivas, aquando da preponderância genovesa, com estilo diferente mas com fundos financeiros de análoga importância, caracterizaram caminhos no percurso económico de Portugal.

Foi como correspondente da companhia Cambini que, por volta de 1469, o mercador florentino Bartolomeo di Domenico Marchionni se deslocou para Lisboa onde se tornou um dos mais famosos mercadores do fim do XV século. A sua actividade registada nos cadernos da casa comercial revela “ (...) un numero di operazioni impressionante per assortimento, per volume e per estensione geografica(...)”²⁴ realizadas com a companhia Cambini, mantendo, contudo, relações com outras companhias. “Verdadeira potência financeira da Lisboa Quinhentista”²⁵, Bartolomeo Marchionni desempenhou um papel extremamente importante na economia portuguesa de final do século XV e primeiras décadas do século seguinte.

Estabeleceu-se em Almada onde possuía as quintas da Lagoa, Alfonsine e Vale da Torre, 25 vinhas, 4 olivais e muitas terras²⁶. Adquiriu imóveis em Lisboa como o próprio afirma num documento de 1508 em que, devido a um processo intentado no tribunal de Génova, devia certificar a naturalidade portuguesa que lhe tinha sido outorgada pelo monarca português a 12 de Julho de 1482²⁷: “ (...) há quarenta anos que sou em estes Reinos e aqui tenho bens de raiz, casas em esta cidade, e quintas em Caparica, (...) e aqui tenho meus filhos.”²⁸ As casas a que Bartolomeo Marchionni se refere encontravam-se na freguesia da Madalena, na Rua da Ferraria do Aver-do-Peso,²⁹ que, segundo nos informa Borges Coelho, era, com a de S. Julião, a zona onde “se concentrava a maior força de negócio, em particular na mais rica artéria de Lisboa, a Rua Nova Del-Rei ou dos Ferros”.³⁰ Estas casas estavam constituídas por três sobrados, situavam-se na rua da Ferraria e foram dadas em dote à filha Isabel, como consta da escritura de Outubro de 1517³¹, aquando do seu casamento com Antonio del Maestro mercador

²⁴ Federigo MELIS, “Di alcune figure di operatori economici fiorentini attivi nel Portogallo del XV secolo”, in Hermann KELLENBENZ (org.), *Fremde Kaufleute auf der iberischen Halbinsel*, Kölner Kolloquien zur internationalen Sozial- und Wirtschaftsgeschichte, 1, Colónia-Viena, Bolhau Verlag, 1970, p. 59.

²⁵ António BAIÃO, “O comércio do pau-brasil”, in: *História da Colonização Portuguesa do Brasil*, Porto, Litografia Nacional, 1923, p. 317.

²⁶ *Armorial Lusitano: Genealogia e Heráldica*, Lisboa, Ed. Enciclopedia, 1961, p. 341

²⁷ IAN/TT, *Chancelaria de D. João II*, liv. 2, fl. 165-165v.

²⁸ Morais do ROSÁRIO, “O Português Bartolomeo Marchionni no Tribunal de Génova”, in *História*, XXII-XXIII, 1980, p.108.

²⁹ Existindo na cidade de Lisboa outras ruas da Ferraria, “especificavam-nas pela sua situação para as diferenciar” em A. VIEIRA DA SILVA, *As muralhas da Ribeira de Lisboa*, CML; 1987, 3ª ed., vol. I, p. 128

³⁰ Cf. António Borges COELHO, *Quadros para uma viagem a Portugal no séc. XVI*, Lisboa, Caminho, 1986, p. 61

³¹ Arquivo da Câmara Municipal de Lisboa (ACML), Livro 1 dos Tombos da cidade, fl.132v.

italiano residente em São Roque.³² Isabel Marchionni possuía também casas na rua dos Calceteiros na freguesia de S. Julião que tinha arrendado a um alemão de Colónia.³³

Para além destas casas, Bartolomeo Marchionni tinha ficado, em 1498, após a expulsão dos judeus por parte de D. Manuel, com as casas de Catarina Fernandes na Rua Nova dos Mercadores.³⁴ Situavam-se, estas casas, no Arco dos Barretes,³⁵ que ligava a Ribeira à Rua dos Confeteiros, encontrando-se precisamente “sobre o arco honde vendem os barretes que trazya aforadas a catarina fernandez molher que foy de Joham Aluarez”³⁶, como se lê no pedido de trespasse que o próprio Bartolomeo apresentou ao rei a 30 de Outubro de 1515 a favor da sua neta, Elena Corbinelli, como prenda de casamento. A resposta afirmativa do rei chegou a 26 de Novembro do mesmo ano. O Arco dos Barretes delimitava a pertença da rua à freguesia da Madalena (do Arco dos Barretes ao Pelourinho) e à freguesia de S. Julião (do Arco dos Barretes até à rua da Calcetaria). No primeiro caso adoptava o nome de Rua dos Ferros e no segundo caso de Rua Nova dos Mercadores.³⁷ Continuando na freguesia de São Julião, vejamos que também a morada de casas entre a porta Doura³⁸ e o postigo do Armazém, para quem está de costas para o postigo a terceira à esquerda, pertencia a Bartolomeo Marchionni como comprova a escritura assinada pelo escrivão da Câmara a 26 de Julho de 1563. Temos, neste caso, uma pequena descrição de como estava constituída esta morada de casas: tinha, como era frequente, uma loja por baixo e por cima “dellas vão casas de dous sobrados, com seus repartimentos, e ambos os ditos sobrados fazem saccada grande sobre a rua, e estão sobre estios de pedra e per baixo fica vão de alpendre grande”.³⁹

Na praça da porta Doura (ou de Ouro ou da Oura), junto ao postigo do Armazém, tinha umas casas o filho de Bartolomeo Marchionni, Belchior Marchionni. Este vivia na quinta da Lagoa em Almada mas a sua mulher, a portuguesa Leonesa de Lima, trabalhava em Lisboa onde tinha

³² ACML, Livro 1 dos Tombos da Cidade, fl. 134

³³ *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565 – Documentos para a historia de cidade de Lisboa*, CML., 1947, vol.I, p.254

³⁴ IAN/TT, Núcleo Antigo, 320, fl. 15.

³⁵ Originariamente uma porta aberta na muralha de D. Dinis, O Arco dos Barretes foi assim chamado no início do século XVI devido à instalação nesta rua dos vendedores de barretes. Cf. A. VIEIRA DA SILVA, *cit.*, pp. 69-70

³⁶ O documento encontra-se integralmente transcrito por Sousa Viterbo, *Artes industriaes e industrias Portuguesas A industria sacharina*, Coimbra, Imprensa Nacional, 1908, p. 34-35

³⁷ A. VIEIRA DA SILVA, *cit.*, p. 95

³⁸ Escrevia o famoso olisipógrafo Júlio de Castilho num apontamento até nós chegado pela anotação de Luís Pastor de Macedo: “o sítio da Porta do Ouro (ou da Oura) era tão povoado de gente de toda a casta, que todos em lá indo tinham a certesa de encontrar lá pessoas da sua igualha – grandes, pequenos, ricos, bons, maus, estrangeiros e nacionais.” Júlio de CASTILHO, *A Ribeira de Lisboa*, Publicações Culturais da Câmara Municipal de Lisboa, vol. IV, 4ª ed., 1981, p.189 (nota n. 4 de Luís Pastor de Macedo)

³⁹ ACML, Livro 1 dos Tombos da Cidade, fl. 173

“muita fazenda”⁴⁰. Após a morte de Belchior, ocorrida em 1546, a morada de casas, a segunda à esquerda indo para o postigo, passou à filha dele, Dona Inácia de Lima.⁴¹ No documento que contém a medição das casas pertencentes à Dona Inácia de Lima reporta-se que “da banda do Poente partem com casas de Bertolameo Marchone seu tio”,⁴² revelando o erro do funcionário da Câmara em se referir ao avô, e não tio, de Inácia, Bartolomeo Marchionni. Outro filho de Bartolomeo Marchionni, Pedro Paulo Marchionni vivia na quinta de Vale da Torre na Caparica que o pai tinha habitado mal tinha chegado a Portugal. É interessante notar que Pedro Paulo Marchionni deixou no testamento, faleceu em 1564, para além de todas as partilhas dos seus bens, a indicação de que deveria ser acompanhado na sua última viagem para a capela de Jesús do Mosteiro de São Domingos de Lisboa ao lado do pai Bartolomeo por 14 clérigos de São Julião.⁴³ No seu testamento ordenou que fossem ditas todos os anos para a sua alma e de seus descendentes dois mil rs em missas e ofertas e deixou esta obrigação aos seus herdeiros, estando obrigados a estes dois mil rs umas casas, duas vinha na Caparica e um foro na Charneca⁴⁴

A freguesia de São Julião começava na Rua Nova dos Mercadores que, como já adiantámos, tomava o nome de Rua dos Ferros ao entrar na freguesia da Madalena, e estava encostada ao Paço Real. A identificação, por parte de Annemarie Jordan-Gschwend,⁴⁵ de uma tela representante a Rua Nova dos Mercadores, nos permite uma apreciação “visual” da dita rua, admirando “quer a balastra de ferro que dava o nome à rua, quer a azáfama das gentes de todas as condições, abundando escravos negros com suas toalhas às costas ou canastras à cabeça e gente nobilitada a cavalo, por entre pessoas de muitas nações que aí fazem comércio ou simplesmente conversam, sob o fundo da fiada arquitectónica, com lojas - e suas *tendas* de comércio – pontuadas pela colunata que sustem os sobrados superiores, donde assomam senhoras curiosas e pendem, a secar, camisas e lençóis”.⁴⁶ A Rua dos Mercadores “media 286 metros de comprimento por 8,8 metros de largo e teria 45 casas em ambas as faces, todas de três e quatro sobrados”,⁴⁷ casas, estas, que garantiam altos alugueres aos senhorios sobretudo após as intervenções de melhorias levadas a cabo por ordem de D. Manuel que, a 8

⁴⁰ Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), cod. 1285, *letra M*, tomo II, *Familia de Marchionis*

⁴¹ ACML, Livro 1 dos Tombos da Cidade, fl. 202

⁴² ACML, Livro 1 dos Tombos da Cidade, fl. 202

⁴³ Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante IAN/TT), *Hospital de S. José*, L. 14, fl. 44v.

⁴⁴ IAN/TT, *Mosteiro de S. Domingos*, L. 132, fl. 554v.

⁴⁵ Annemarie JORDAN-GSCHWENDT in Annemarie JORDAN-GSCHWENDT e Johannes BELTZ, *Elfenbeine aus Ceylon. Luxusgüter für Katharina von Habsburg (1507-1578)*, Zúrique, Museum Rietberg, 2010, pp. 49-51

⁴⁶ Hugo Miguel CRESPO, “O processo da Inquisição de Lisboa contra Duarte Gomes alias Salomão Usque: móveis, têxteis e livros na reconstrução da casa de um humanista (1542-1544)”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, 10-11, 2011, p. 595

⁴⁷ A. Borges COELHO, *Ruas e Gentes na Lisboa Quinhentista*, Lisboa, Caminho, 2006, p.63

de Maio de 1500, aprovou “a despeza orçada para o calcetamento da rua Nova dos Mercadores, devendo empregar-se n’essa obra pedra do Porto”,⁴⁸ e obrigou os donos das casas que ainda estavam construídas com materiais menos nobres a fazerem obras no tempo limite de um ano.⁴⁹ No Arco dos Barretes tinha uma loja o mercador milanês Pero Milanês, pai de Margarida Villasante, esposa do afamado mercador veneziano Gaspar Cadena em Lisboa desde a segunda metade do século XVI de que mais adiante trataremos.⁵⁰

Pertencia à mesma freguesia de S. Julião a Calçada de S. Francisco, “que começa no cano e vai até ás casas de João de leão”,⁵¹ onde possuía terreno e casas Francesco Corbinelli, “ao longo do muro onde estão huas ameas, e hua imagem de nossa senhora”⁵². O terreno pertencia em origem a João Figueredo e, depois da sua morte, os herdeiros o venderam ao mercador florentino Francesco Corbinelli.⁵³ Devemos recordar que Francesco Corbinelli era genro de Bartolomeo Marchionni, tendo casado com a filha deste Maria Marchionni e se tinha tornado num homem de negócio rico e respeitado como se lê no *Livro do lançamento*: “Vivem na calçada (de S. Francisco) 3 mercados de conto, um dele italiano”.⁵⁴ Corbinelli ocupou cargos relevantes na administração da coroa portuguesa: foi nomeado feitor de Goa entre Novembro 1510 e Dezembro 1515 e, de novo, entre Março 1518 até Novembro 1521.

Do casamento com a filha de Bartolomeo Marchionni tinha nascido, entre outros filhos, Dona Elena Corbinelli que herdou as casas. A 24 de Outubro de 1526 em casa de Bartolomeo Marchionni, em veste de tutor da neta Elena Corbinelli sendo os pais dela já falecidos, houve a entrega do dote para o casamento da neta com Luís de Brito, fidalgo da casa real e filho de Mem de Brito na altura também já falecido. As partilhas dos bens de Maria Marchionni e Francesco Corbinelli apresentam uma importante quantidade de terras espalhadas nas redondezas de Lisboa, nomeadamente em Oeiras, Sintra⁵⁵ e Torres Vedras onde em 1517 Corbinelli tinha comprado “hum cazal na Lobigeira dos Lobatos”.⁵⁶

⁴⁸ Eduardo Freire de OLIVEIRA, *Elementos para a Historia do Municipio de Lisboa*, Lisboa, Typographia Universal, 1887, vol. I, p. 384

⁴⁹ Cf. Iria GONÇALVES, “Posturas Municipais e vida urbana na baixa Idade Média: o exemplo de Lisboa”, sep. de *Estudos Medievais*, Porto, (7), 1986, p. 170

⁵⁰ “há de baxo do Arco dos Barretes e do Arco dos Preguos .x. tendas de marcarias abastadas, que segundo ho que nelas se enxerga, valem mais de quatro mill cruzados cada hua, que vale(m) ao todo corenta mill cruzados”, João BRANDÃO, *Tratado da Magestade e Magnificência da cidade de Lisboa*, Lisboa, Livraria ferin, 1923, p. 82

⁵¹ *Livro do lançamento*, cit., vol. I, p. 220

⁵² AMCL, Livro 1 dos Tombos da cidade, Fl. 186

⁵³ Sobre Francesco Corbinelli ver V. RAU, “Um florentino ao serviço da expansão portuguesa. Francisco Corbinelli”, in *Memorias” do Centro de Estudos da Marinha*, IV, 1974, pp. 107-141; M. SPALLANZANI, *Mercanti fiorentini nell’Asia Portoghese (1500-1525)*, Florença, Spes, 1997, pp. 63-79.

⁵⁴ *Livro do Lançamento*, cit., vol. I, p. 220

⁵⁵ IAN/TT, *Feitos Findos*, Inventários post mortem, letra L, maço 42, doc. 1.

Ainda na freguesia de S. Julião tinha propriedades o cremonês Cristóvão Bocolli, feitor do conde João Francisco Affaitati, na Rua do Vidro, arrendadas respectivamente a Fernando Francisco⁵⁷, alfaiate da infanta D. Isabel, e ao mercador Duarte Nunes,⁵⁸ e “no Beco que vai da Rua Nova dos feros pera o Poço da Fotea”, que tinha alugado ao mercador da Covilhã Manuel Fernandes.⁵⁹ Para além destas casas que foram dadas em dote ao filho João Bocolli pelo seu casamento com Maria Luís, filha do licenciado Lopo Velho, Cristóvão possuía outras em Mata Porcos, na mesma freguesia, que queria vender para instituir morgado com a quinta que possuía em Palma, termo da cidade de Lisboa, onde vivia com a mulher Gracia Teixeira.⁶⁰

Outra família italiana oriunda de Piacenza, os Perestrello,⁶¹ mantinha propriedades, para além das quintas em Torres Vedras – a quinta da Ermingeira e a quinta do Hespahnol - nas freguesias de S. Julião e de S. Nicolau. No Beco da Chamiça tinha casas para alugar Rafael Perestrello, filho de Antonio Perestrello e Violante Nunes, fundadores da Quinta da Ermingeira.⁶² Com os filhos do casal, João Lopes, Bartolomeo e Rafael, vai instituir-se também o morgado do Hespahnol,⁶³ na quinta onde a mãe Violante Nunes vivia ainda em 1546 enquanto que, em 1552, já viúva, vivia nas suas moradas em Cata-que-farás, freguesia de S. Nicolau. João Lopes Perestrello tinha casas na Rua do postigo do Duque⁶⁴, e Bartolomeo Perestrello, irmão de João Lopes e de Rafael Perestrello, no Beco das Taboas⁶⁵ e no Beco do Cutrim.⁶⁶

Na Rua Direita de Cata-que-farás⁶⁷ até ao cais da Rocha e do Beco dos Cais da Rocha até a Cruz⁶⁸ tinha casas Ruy Lopes Perestrello, filho adoptivo de Bartolomeo Perestrello que passou boa parte da vida no

O casamento de Elena Corbinelli teve lugar a 24 de Fevereiro de 1527 no mosteiro de Odivelas e as testemunhas foram famosos mercadores florentinos como Geronimo Sernigi, Anibal Sernigi, Francisco Sernigi e Giovanni Morelli; mais ilustres portugueses, Lopo Soares do conselho do rei e André Dias cavaleiro da casa real e da ordem de Cristo e alcaide de Lisboa.

⁵⁶ IAN/TT, *Mosteiro de Odivelas*, L. 15, fl. 56

⁵⁷ *Livro do Lançamento*, cit., vol.I, p. 325

⁵⁸ *Idem*, p. 326

⁵⁹ *Idem*, p. 227

⁶⁰ IAN/TT, *Hospital de São José*, Livro 38, fls. 44v

⁶¹ Sobre os Perestrello em Lisboa no século XVI, veja-se N. ALESSANDRINI, “Os Perestrello: uma família de Piacenza no império português (século XVI)”, in N. ALESSANDRINI, M. RUSSO, G. SABATINI, A. VIOLA (orgs.), *Di buon affetto e commercio Relações luso-italianas na Idade Moderna*, Lisboa, Cham, 2012, pp. 81-112

⁶² *Livro do lançamento e serviço que a cidade de Lisboa fez a El Rei Nosso Senhor no ano de 1565 – Documentos para a historia de cidade de Lisboa*, CML., 1947, vol.I, p.218.

⁶³ Cf. N. ALESSANDRINI, *Os Perestrello*, cit., p. 99

⁶⁴ *Livro do lançamento*, cit., vol. I, p. 238.

⁶⁵ *Livro do lançamento*, cit., vol. I, p. 239

⁶⁶ *Livro do lançamento*, cit., vol. I, p. 240

⁶⁷ *Livro do lançamento*, cit., vol.I, p.226. No citado *Sumário* de C. Rodrigues de OLIVEIRA, a Rua direita de Cata-que-farás, faz parte da freguesia dos Mártires, cf. p. 27

⁶⁸ *Livro do lançamento*, cit., vol.I, p.235

Oriente, sendo feitor em Sofala e falecendo em Malaca em 1515. Bartolomeo era irmão de Antonio Perestrello a quem deixou a administração da quinta da Ermigeira quando se deslocou até Sofala. No regresso trouxe consigo um rapaz de seu nome Rodrigo que, depois do baptismo, mudou o nome em Ruy Lopes.⁶⁹

Na zona oriental de Lisboa brilhava a freguesia da Sé onde tinham residência conceituados portugueses e ricos italianos. Entre estes, João Francisco Affaitati, Lafetá ou Lafetati na documentação portuguesa, associara-se a todos os grandes negócios da coroa portuguesa juntamente com o mencionado Bartolomeo Marchionni e com Girolamo Sernigi.

Sócio destas famílias florentinas e estante em Lisboa desde os últimos anos do século XV, o conde João Francisco Affaitati, oriundo de Cremona, mantinha, através dos membros da sua família, uma rede de negócios finamente estruturada, quer ao nível do espaço territorial, quer a nível dos interesses comerciais. As ramificações desta nobre e activíssima família alcançaram, além da Itália, também Espanha, Portugal e Antuérpia. O Conde João Francisco era irmão do mais velho conde Ludovico Affaitati residente em Madrid⁷⁰, e, na capital portuguesa, tinha arrecadado “grocissimos cabedaes”⁷¹ através de negócios que revelam simultaneamente a ousadia e a extrema aptidão comercial deste mercador. Perfeitamente integrado na sociedade portuguesa bem como no grupo de mercadores italianos que na altura gozavam dos significativos proventos possibilitados pelas novas descobertas, o conde Affaitati dedicou-se, no início, ao comércio do açúcar da Madeira, negócio particularmente rentável que sobreviverá à decadência do trato das especiarias.

A seguir à abertura do caminho para a Índia, os negócios no Oriente vão acrescentar-se ao já variado leque das actividades dos Affaitati, consolidando o sucesso inicial. A documentação encontrada relativa à figura do conde, quer a italiana quer a portuguesa, permite delinear o perfil e percurso deste enérgico homem de negócios, grande protagonista, juntamente com Marchionni, Sernigi e mais tarde, Giraldi, dos negócios portugueses do fim do século XV até 1529 ano da sua morte. O conde Affaitati nunca se casou, embora tenha tido 5 filhos. O mais velho, Agostinho Lafetá, nasceu da relação do conde com D. Guiomar Freire, “mulher nobre e de puro sangue”⁷², os outros quatro, Cosme, Lucrezia, Magdalena e Ignês, da relação com Maria Gonçalves de Carvalhaes ou Carvalhoza, “mulher humilde mas de sangue limpo”.⁷³ Nas casas de Affaitati na freguesia da Sé residiu Giovanni da Empoli aquando das suas vindas a Lisboa em 1502 e em 1515 para se embarcar para o Oriente. Em casa do Conde Affaitati, Giovanni da Empoli, durante a sua

⁶⁹ N. ALESSANDRINI, *Os Perestrello*, *cit.*, p.102

⁷⁰ Cf., Caetano de SOUSA, *Genealogia portuguesa*, Tomo XII parte II, 1954, p.122.

⁷¹ BNP, *Pombalina* 688, *Discurso histórico-jurídico sobre a pureza do sangue da família dos Lafetá*, fl. 342.

⁷² BNP, *Pombalina* 688, fl. 343.

⁷³ *Idem*, fl.348v.

segunda estada, conhece e se torna amigo de um jovem mercador florentino cujo percurso lisboeta será de todo respeito, Luca Girdali. Este, de facto, chegado a Lisboa entre 1513 e 1515, ficou, nos primeiros tempos, em casa do Conde Affaitati estreitando laços de profunda amizade com os filhos do mercador lombardo.

A carreira mercantil de Luca Girdali, que se desenvolveu durante três reinados, desde os anos da opulência do governo de D. Manuel, passando pelos anos do reinado de D. João III, da regência de D. Catarina e do Cardeal D. Henrique, tornou-o num homem rico e estimado. Na altura da chegada a Lisboa de Girdali, começou a nascer, dentro da comunidade italiana, o desejo e a necessidade de construir uma sua igreja devota ao culto de Nossa Senhora do Loreto. Não conhecemos os nomes dos principais promotores desta iniciativa – os documentos mais antigos referentes à construção da Igreja do Loreto foram destruídos nas várias calamidades sofridas pela Igreja – mas podemos, com uma certa segurança, admitir que Luca Girdali estivesse entre eles. Isto porque o seu amor e devoção para com a igreja foram uma constante ao longo da sua vida ao ponto que, em 1552, mal Loreto se tinha tornado numa freguesia, comprou uma morada de casas com pátio grande junto às portas de Santa Catarina. Uma vez saído da casa do Conde Affaitati, Luca Girdali continuou a residir na freguesia da Sé num palácio contíguo ao de Lourenço de Sousa, dos Sousa aposentadores-mores que ficava “no Largo do Correio mor as quaes tem um letreiro que diz Giraldez de Florença”.⁷⁴

Um manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de Portugal contém uma lista, em latim, que foi apresentada em 1566⁷⁵ ao Cardeal D. Henrique para que este pudesse escolher, entre os 20 palácios apresentados, o que achasse mais apropriado para o seminário arquiépiscopal. Entre os tais palácios, todos pertencentes a personalidades de relevo, está mencionado o “Palatium in quo habitavit Lucas Girdali”.⁷⁶ O palácio de Luca Girdali, pela sua grandiosidade, era tomado como referência para a delimitação das ruas da freguesia, “Rua do Barão com Rua Direyta da See atee Porta de Lucas Giralldez”.⁷⁷ Embora não se conheça a localização exacta das habitações de Luca Girdali e do conde João Francisco Affaitati, sabemos, no entanto, através de um documento redigido para averiguar a limpeza de sangue de Maria Gonçalves, mulher companheira de Affaitati, que esta “vivia defronte das casas de Dom Felipe de Sousa onde o dito João Francisco viveo e morreu e de Luca Girdali”.⁷⁸ Mais precisa é a documentação que se refere à morada de casas comprada por Luca Girdali em 1552 na freguesia do Loreto de que falaremos mais adiante.

⁷⁴ IAN/TT, *Genealogias Manuscritas*, 21-E-4, fl. 268

⁷⁵ Recordamos que Luca Girdali faleceu a 13 de Dezembro de 1565

⁷⁶ BNP, Cód. 139, fls. 59-59v. *Memória e documentos para a História Ecclesiastica portugueza e sobretudo para a de Lisboa*

⁷⁷ *Livro do lançamento*, cit., vol.I, p. 52

⁷⁸ IAN/TT, *Habilitações do Santo Officio*, m.106, n.1689, Francisco de Sande

Lisboa Ocidental e os Italianos

O início da edificação da Igreja de Nossa Senhora do Loreto em 1518 contribuiu, sem qualquer dúvida, para o desenvolvimento da cidade de Lisboa em direcção ocidental. Apoiada à muralha fernandina que delimitava a cidade quatrocentista, a Igreja do Loreto deu nome à chamada Rua do Loreto e à freguesia de Loreto que veio a constituir-se em 1551. A rua do Loreto chegava até a igreja de São Roque e, quando esta foi construída em 1569, o nome da rua mudou em “rua larga de S. Roque”. A rua Larga de S. Roque estava fora da muralha fernandina, enquanto que, na parte interior da muralha, na freguesia da Trindade, junto às Portas de Santas Catarina, existia um assento de casas com “duas moradas de casas grandes” que tinham um grande pátio e um quintal por detrás.⁷⁹

Estas casas foram encabeçadas pela cidade de Lisboa em Álvaro Roiz no ano de 1484 e, após a morte dele, passaram, em 1501, ao sobrinho Duarte de Azevedo. Em 1551, Luca Giraldi comprou estas casas a Dona Antónia de Ataíde mulher de Rui Dias de Azevedo e passaram, depois de 1565, ao filho Francesco Giraldi e à filha dele, nascida do casamento com Lucrezia Affaitati, Maria Giraldi ou Lafetà (como frequentemente se encontra na documentação portuguesa). As medições destas casas nos indicam que “da banda do Norte partem com casas de Antonio Mendes feitor da casa de septa (...) da banda do Levante partem com rua e primeira travessa que vay da Porta de Sancta Catherina para a Trindade (...) da banda do sul partem com muro da cidade e torre da porta de Sancta Catherina (...) da banda do Ponente parte com muro da cidade que vay per detras da Igreja de Nossa Senhora do Loreto”.⁸⁰ Como se pode averiguar, a cidade de Lisboa vai-se rapidamente expandindo para ocidente para além da muralha fernandina, quer no interior da cidade, quer na zona ribeirinha.

A Rua larga de São Roque despertou o interesse imobiliário de personagens de relevo da sociedade portuguesa, entre os quais, para ficarmos no âmbito italiano, D. Francisco da Gama, conde de Vidigueria. Este era marido de Luísa Giraldi, filha de Luca Giraldi que, de facto, foi sepultada na igreja de S. Roque. Em S. Roque morava também o neto do conde João Francisco Affaitati, Rodrigo de Lafetà, filho de Inês de Lafetà e Leonardo de Sousa, juntamente com a sua mulher D. Joana de Vasconcelos num “assento de casas que estão n’esta cidade, no Bairro de S. Roque, pegado com o Moinho de vento, que tem um pateo grande com duas casas térreas, e da banda do norte uma horta com poco de nora e arvores de fruto, toda cercada de muro no valor de 1:600\$000 reis”.⁸¹ Na mesma rua Larga de S. Roque comprou casas, em 1592, o mercador genovês Stefano Lercaro, vindo a Lisboa em 1576 de Espanha, onde era

⁷⁹ ACML, Livro 1 dos Tombos da Cidade, fl. 445

⁸⁰ *idem*

⁸¹ Júlio de CASTILHO, *Lisboa antiga*, vol IV, Lisboa, 3ª ed., 1962, p.95

asientista do rei Felipe II,⁸² e na capital portuguesa teve nas suas mãos os contratos mais ricos da Coroa. As casas que Lercaro comprou eram de propriedade da Igreja do Loreto e situavam-se “in la Rua Larga, gionto al corredore di detta Chiesa”.⁸³ O preço que o mercador pagou foi de 347 cruzados e 747 reis. Na freguesia de Loreto, e precisamente na Rua da Trombeta, vivia o mercador veneziano Gaspar Cadena que foi recebedor da ilha de São Tomé nos anos de 1589-1592. Casou em Lisboa com Ângela Margarida Villa Sante da casa nobre de Espinosa de los Monteros de quem teve cinco filhos que serviram todos nas conquistas de Portugal e nas Índias. O sogro dele, o mercador milanês Pero Milanês que já foi mencionado nestas páginas, tinha uma loja no Arco dos Barretes. Outros mercadores italianos, entre os quais podemos referir o florentino Giulio Nissi, residiam na freguesia do Loreto em casas de propriedades da Igreja do Loreto a que pagavam rendas.

Na Rua da Metade, segundo Rodrigues de Oliveira pertencente à freguesia do Loreto, “indo da rua direita da porta de Sancta Caterina por a dita rua abaixo, á mão direita” havia umas casas grandes que foram encabeçadas pela cidade a Felipe Sernigi, filho de João Baptista Sernigi e neto do famoso Girolamo Sernigi. Bem integrado na sociedade portuguesa, Felipe Sernigi era casado com D. Inês Barreto e foi comendador da Ordem de Cristo.⁸⁴ As suas casas na Rua da Metade “tem por baxo quatro logeas, e por cima vão casas de dous sobrados, com seus repartimentos: E pegado com estas casas, tem mais hum chão cercado de parede”.⁸⁵

Na parte ribeirinha, a cidade expandia-se até Belém e na zona incluída entre Belém e Alcântara uma série de belíssimas quintas embelezavam esta área. Entre estas quintas, uma pertencia ao rico mercador milanês Giovan Battista Rovellasca. Merece a pena debruçarmos sobre a história da quinta do Rovellasca por termos encontrados vária documentação espalhada. Filho de Gerolamo Rovellasca, mercador milanês estabelecido em Antuérpia sensivelmente a partir de 1543, Giovan Battista Rovellasca⁸⁶ chega a Lisboa em 1577 juntamente com Febo Roque no intuito de tomar em seu nome uma dívida de 15 contos que o rei tinha com os mercadores milaneses da família Litta. Na capital portuguesa, como referido por Kellenbenz, morava na Freguesia da Sé⁸⁷. No entanto, o

⁸² Sobre Stefano e Sebastião Lercaro veja-se N. ALESSANDRINI, “La presenza, cit., pp. 73-98

⁸³ Idem, p. 85

⁸⁴ Cf., N. ALESSANDRINI, *Os italianos na Lisboa de 1500 a 1680: das hegemonias florentinas às genovesas*, tese doutoramento, Lisboa, Universidade Aberta, 2010, p. 133

⁸⁵ ACML, Livro 1 dos Tombos da Cidade, fl. 402

⁸⁶ Sobre a figura do mercador milanês Rovellasca veja-se N. ALESSANDRINI, *Os italianos na Lisboa de 1500 a 1680...cit.*; Benedetta CRIVELLI, “*Traffici finanziari e mercantili tra Milano e Lisbona nella seconda metà del XVI secolo*”, tese de Doutoramento, Università degli Studi di Verona, 2009; IDEM, “Le Compagnie mercantili dei Litta in Spagna nella seconda metà del XVI secolo. Forme di finanziamento e relazioni tra i soci”, in *Studi Storici Luigi Simeoni*, Verona, Istituto per gli Studi Storici Veronesi, vol. LXIII, 2013, pp. 63-74

⁸⁷ Cf., H. KELLENBENZ, “I Borromeo e le grandi casate mercantili milanesi”, in *S. Carlo e il suo tempo*, Roma, Edizioni di Storia e Letteratura, 1986, p. 825

documento utilizado por Kellenbenz refere apenas que Giovan Battista Rovellasca foi testemunha dum casamento na freguesia da Sé e não que morava na dita freguesia.⁸⁸

É sabido quanto D. Sebastião precisasse de dinheiro para a empresa de África, pelo que entregou o contrato da pimenta a um grupo de contratadores encabeçados pelo alemão Konrad Rott. Entre os contratadores, Giovan Battista Rovellasca juntamente com Giovan Battista Litta e Jacome de' Bardi possuíam 3.5 quotas num total de 12. Após a declaração de falência de Konrad Rott em 1582, Filipe II deixou que o mercador milanês incorporasse as 5 quotas do mercador alemão⁸⁹. Para além do contrato das especiarias, Giovan Battista Rovellasca tinha arrendado, em 1582, a alfândega e estava envolvido no comércio do açúcar de São Tomé. Ainda em 1584, Giovan Battista Rovellasca tinha investido 4 contos e 400.000 rs. no contrato dos escravos que vigorava até 1589⁹⁰. Suportado pelo dinheiro dos homens de negócios milaneses, Giovan Battista Rovellasca enriqueceu rapidamente e construiu uma quinta na zona entre Alcântara e Belém.

O envolvimento de Giovan Battista Rovellasca nos negócios portugueses era muito abrangente, ficando, no entanto, ainda disponível o contrato da Mina e Axem. Através do *Rendimento da casa da Índia, Mina, Brasil, Ilha de S. Thome, Cabo Verde, Angola* de 1588, sabe-se que a Mina “ha dous anos não hee beneficiada né ate ora hee contratada”⁹¹. O vazio deste contrato foi preenchido pelo irmão mais novo de Giovan Battista Rovellasca, Francesco Rovellasca, cuja data certa de chegada a Lisboa desconhecemos mas que deve ter ocorrido por volta de 1586-87, visto que em 1585 ainda residia em Milão.⁹² Em Abril de 1589, Francesco Rovellasca tinha contratado, por nove anos, o comércio das fortalezas da Mina e Axem.⁹³

A descrição mais antiga que temos da quinta de Rovellasca remonta às primeiras décadas de 1600 num documento que iremos utilizar mais vezes e que foi transcrito na íntegra por Luís Pastor de Macedo.⁹⁴ A dita quinta tinha “casas sobradas com suas logeas per baixo e tres tercenas e per cima são des casas com dois antresolhos e hua escada de pedraria e

⁸⁸ O documento encontra-se em Edgar PRESTAGE e Pedro D'AZEVEDO (org.), *Registo da Freguesia da Sé desde 1563 até 1610*, Coimbra, 1924, vol. I, p. 460 e tem a data de 19 dezembro de 1591. Giovanni Battista Rovellasca foi testemunha do casamento entre “Isabel Francisca e Jorge Hueter figlio di Sebastião hueter e de sua molher já defuntos”. No mesmo volume a página 286 encontramos o irmão de Giovan Battista, Francesco Rovellasca, que a 14 de Maio 1588 foi padrinho de Maria, figlia de “João Toalha e de Donna Fellipa sua molher”.

⁸⁹ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), Índia, caixa 323.

⁹⁰ BNL, *Fundo Geral* 637, fl. 15.

⁹¹ BNL, *Fundo Geral*, cód. 637, fl. 16.

⁹² H. Kellenbenz, *I Borromeo e le casate mercantili milanesi...*, 825

⁹³ BNL, *Pombalina*, 644, fl. 18.

⁹⁴ Júlio de CASTILHO, *A Ribeira de Lisboa*, Lisboa, CML, 1967, vol.III, p. 236 e seg. Queremos deixar um agradecimento a Susana Varela Flor para nos ter ajudado com a documentação relativa à quinta de Rovellasca.

são todas forradas e ladrilhadas com casa de adega cozinha e forno estrebaria e palhr.^o e casa de moços com hu corredor e pegado co as ditas casas”.⁹⁵

A descrição do terreno que rodeava a quinta apresenta ser um lugar de paz e tranquilidade com uma vegetação luxuriante. Uma parte do terreno estava recoberta de “árvores despinho e outras frutas”, com três tanques ornados de figura que deitavam água; outra parte estava cultivada com vinhas e os atalhos enfeitados de “árvores despinho e outras árvores”. Havia, nesta zona do jardim, “hum alpendre de madeiram.to com hum nicho e assentos de pedra e azulejos”. A água não faltava, tendo uma fonte e um tanque “grande e nobre com tres satyros”. Junto ao tanque havia umas casas que serviam para os hóspedes com varandas e lojas em baixo. Outra zona do jardim estava reservada aos animais: aí encontravam-se construções para pombos, aves, coelhos.

A propósito da possibilidade de cultivar em Portugal as muitas ervas e frutas vindas da África, Brasil e Índia, o desembargador da Casa da Suplicação Duarte Nunez de Leão refere, por volta de 1610, “as famosas cannas de açúcar que hum dia destes vi naquella nobre quintaã de Ioam Baptista de Revelasca gentil homem Milanês, que tem em Lisboa entre Alcântara & o mosteiro de Bethlem”,⁹⁶ acrescentando, assim, mais um elemento na descrição da quinta de Rovellasca. O luxo e a beleza da quinta não passavam despercebidos e em finais do mês de Maio do mesmo ano, a quinta do Rovellasca foi assaltada pelos ingleses que levaram 5000 sacos “que tinha para recolher a pimenta das naus da Índia”.⁹⁷ Os negócios do mercador milanês sofreram algum problema principalmente no que diz respeito ao contrato da Mina pelo que “lhe esta tomada sua faz.a de que v.mag. esta de posse pelo que no dito contrato ficou devendo”.⁹⁸ Estava incluída, na fazenda que lhe foi retirada, a sua bela quinta que ficou assim a fazer parte dos bens da coroa portuguesa. Não conhecemos ao certo a data em que a quinta foi penhorada mas pode-se supor ter sido por volta de 1600 cruzando as informações vindas de Gomes de Brito através de um documento de 1605 em que Filipe II de Portugal atribui a Teodósio de Frias o cargo de fazer obras na quinta “q foi de João Bautista rovelasco q está em Alcântara, e se tomou para os meus próprios”.⁹⁹

Procurando tirar partido do estado da arte, e do modo como nos últimos anos se conseguiu avançar no conhecimento das dimensões sócio-culturais e arquitectónico-urbanísticas da cidade, no período anterior ao

⁹⁵ Ibidem, p. 246

⁹⁶ Duarte Nunez de LEÃO, *Descrição do reino de Portugal*, Lisboa, Impresso por Jorge Rodriguez, 1610, cap. XXXII, p. 61.

⁹⁷ “1640”, Lisboa, 1947, Col.55

⁹⁸ AHU, Conselho Ultramarino, São Tomé e Príncipe, caixa 1, doc. 15, 17 Março 1610, São Jorge de Mina. Citado em Benedetta CRIVELLI, *Traffici finanziari e mercantili...*, cit., p. 273

⁹⁹ Gomes de BRITO, “Convento das Flamengas em Alcântara. Os architectos Frias”, em *Revista Archeologica* (dir.), A.C. Borges de Figueiredo, Lisboa, Adolpho, Modesto & C. Impressores, 1888, p. 122. O documento encontra-se em IAN/TT, Chancelaria D. Filipe II, L. 18, fl.6

Terramoto de 1755, tentámos neste trabalho identificar, com a maior precisão possível, a presença italiana em Lisboa. Os meios por onde se movimentava tal fatia da população, quais os contactos económico-profissionais que estabeleceu com a comunidade envolvente e a avaliação da capacidade de intervenção nos bairros por onde circulava constituíram objectivos a atingir com este trabalho que por ora se fica pelas duas primeiras centúrias da época Moderna.



Localização das principais artérias onde se verifica a presença de italianos em Lisboa entre os séculos XV e XVI

Fig. 1 - Mapa de Lisboa c.1650 de João Nunes Tinoco (Museu da Cidade)



Fig. 2 – Quinta Real de Alcântara (antiga Quinta de Rovellasca) – desenho de Pier Maria Baldi (1669) - BNP